

## Editorial



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

### A CP e as OSP

O Governo da República deu mais uma prova, esta semana, de como privilegia as empresas públicas falidas em Lisboa, em detrimento das obrigações de Estado que tem para com as Regiões Autónomas.

Nos termos de uma resolução do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República, no ano económico de 2023 a compensação financeira a pagar pelo Estado à CP (Comboios de Portugal) foi aumentada de 95,5 milhões de euros para 180,9 milhões de euros.

A este montante acresce um valor de 11,4 milhões de euros “correspondente ao saldo de anos económicos antecedentes”, totalizando assim 192,3 milhões de euros.

E é assim que nasce a discriminação dentro do mesmo país, com milhões e mais milhões a enterrar, todos os anos, na CP, um amontoado de ferro velho que herdamos de Pedro Nuno Santos, mas já não há 10 milhões para pagar as Obrigações de Serviço Público para as rotas não liberalizadas (Pico, Faial e Santa Maria), mesmo que aprovados em sede de Orçamento de Estado e que nunca cá chegaram.

A SATA continua a operar nestas rotas, para que as populações daquelas ilhas não fiquem privadas de acesso ao exterior, mas também fica com os prejuízos, que acabarão por ser pagos por todos nós, contribuintes açorianos, por malvez do Estado português.

Mais grave: no Conselho de Ministros desta semana foi aprovada uma verba de 410 milhões - leram bem - 410 milhões, para apoio aos transportes no Continente, mas não tem 10 milhões para as OSP.

O centralismo nunca foi tão longe no garrote imposto aos Açores nos últimos anos, para não falar da falta das verbas para os estragos do furacão Lorenzo, dos cabos submarinos encalhados ou das obras da Polnato no porto de Ponta Delgada, tudo remetido para o fundo da gaveta dos ministérios do Terreiro do Paço.

É bom que se fale disto na próxima campanha para as eleições nacionais.

## A campanha eleitoral

A campanha para as regionais há muito que está a decorrer, apesar de, oficialmente, só começar a partir de hoje.

Seria bom que, até 2 de Fevereiro, dia em que termina a campanha eleitoral, as forças políticas começassem a apresentar propostas concretas sobre os problemas que afectam os Açores e as suas gentes, em vez da troca de acusações e até insultos, como assistimos até aqui.

A pré-campanha foi um vazio de ideias, demasiado egocêntrica nos líderes partidários e pouco esclarecedora sobre o que cada um pretende para a próxima legislatura.

Espera-se outra atitude a partir de hoje e podem começar, por exemplo, pelo problema da habitação nas nossas ilhas, que é grave e transversal a muitas famílias, as que não a possuem e as que estão a pagar couro e cabelo à banca.

Ainda agora ficamos a saber que Portugal tem o maior agravamento da dívida hipotecária face a outros países do euro, desde que o BCE começou a subir juros.

Como mais de 80% do crédito à habitação no nosso país foi contratado à taxa variável, são os portugueses que estão a pagar mais juros nos empréstimos à habitação do que em qualquer outro país da Zona Euro.

A agravar estes novos dados, agora divulgados pelo FMI, temos a ganância bancária em Portugal elevada ao expoente, sendo os últimos da Europa a baixar as taxas de juro e a aumentar os juros dos depósitos.

É preciso olhar com mais atenção às famílias carenciadas, mesmo as da classe média, porque é a partir destas desgraças dos senhores das finanças que surgem as novas vagas de famílias pobres.

Que seja uma campanha eleitoral esclarecedora e inovadora de ideias.

## Campanha eleitoral começa hoje e vai até 2 de Fevereiro

A campanha eleitoral para as eleições regionais antecipadas dos Açores, marcadas pelo Presidente da República para 4 de Fevereiro, vai decorrer entre hoje, 21 de Janeiro, e 2 de Fevereiro, de acordo com a lei eleitoral para a Assembleia Legislativa.

Segundo o artigo 55.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, “o período da campanha eleitoral inicia-se no 14.º dia anterior ao dia designado para as eleições e finda às 24 horas da antevéspera do mesmo”.

Recorde-se que o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, decidiu a dissolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e marcou eleições regionais antecipadas para 4 de Fevereiro de 2024, decisão que obteve parecer favorável do Conselho de Estado.

Antes, em 30 de Novembro, o chefe de Estado ouviu os partidos representados no Parlamento açoriano, na sequência do chumbo do Orçamento Regional para 2024.

A proposta de orçamento dos Açores foi chumbada em 23 de novembro, na generalidade, com votos contra do PS, BE e IL e abstenções do Chega e do PAN, tendo recebido apenas votos favoráveis dos três partidos que integram o Governo Regional, PSD, CDS-PP e PPM, e do deputado independente Carlos Furtado, ex-Chega.

O Executivo chefiado por José Manuel Bolieiro deixou de ter apoio parlamentar maioritário desde que um dos dois deputados eleitos pelo Chega se tornou independente e o deputado da Iniciativa Liberal rompeu com o acordo de incidência parlamentar, em Março.

### Partidos gastam 900 mil euros na campanha

Um total de 11 candidaturas, entre três coligações e outros oito partidos, apresentam-se às eleições legislativas regionais antecipadas de 4 de Fevereiro.

Foram confirmadas as candidaturas das coligações PSD/CDS-PP/PPM e CDU (PCP/PEV) e de outros oito partidos que concorrem isoladamente - PS, PAN, BE, Chega, JPP, Iniciativa Liberal, ADN, Alternativa 21 e Livre.

As candidaturas estimam gastar na campanha, no total, 961.602 euros, segundo os orçamentos entregues na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

O PS, a coligação PSD/CDS-PP/PPM, a CDU, o BE, o Chega, o PAN, o Livre e o ADN concorrem por todos os círculos eleitorais nas regionais, inclusive pelo círculo regional



de compensação (que reúne os votos não aproveitados para a eleição de parlamentares nos nove círculos de ilha).

Quanto à IL, concorre a oito dos 10 círculos eleitorais, não tendo apresentado listas nos círculos das Flores e do Corvo.

Já o JPP surge com candidaturas por São Miguel, Terceira, Faial, Flores, Santa Maria e pela compensação.

As eleições regionais dos Açores realizam-se vários meses mais cedo do que o previsto, após a dissolução da Assembleia Legislativa Regional pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, devido ao chumbo do Orçamento para o próximo ano.

O acto eleitoral estava previsto mais para o final do ano (as anteriores eleições foram realizadas em 25 de Outubro de 2020), mas a reprovção do Plano e Orçamento, no dia 23 de Novembro, alterou o cenário político e Marcelo Rebelo de Sousa, após ouvir os partidos e reunir o Conselho de Estado, optou pela dissolução do parlamento regional e pela marcação de eleições antecipadas.

As eleições decorrem cinco semanas antes das legislativas antecipadas anunciadas para 10 de Março.

A Assembleia Legislativa dos Açores é composta por 57 deputados. O mandato termina com 25 desses assentos ocupados pelo PS, 21 pelo PSD, três pelo CDS-PP, dois pelo PPM, dois pelo BE, um pela Iniciativa Liberal, um pelo PAN, um pelo Chega e um pelo deputado independente (eleito pelo Chega).